

Ataliba T. de Castilho

NOVA

Gramática do Português Brasileiro



editoracontexto

Ataliba T. de Castilho

NOVA

Gramática do
Português
Brasileiro



editora **contexto**



DIVERSIDADE DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

A HETEROGENEIDADE DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

As línguas são constitutivamente heterogêneas, pois através delas temos de dar conta das muitas situações sociais em que nos envolvemos, em nosso dia a dia. Elas são também inevitavelmente voltadas para a mudança, pois os grupos humanos são dinâmicos, e as línguas que eles falam precisam adaptar-se às novas situações históricas.

Variação e mudança são propriedades linguísticas que não impedem a intercompreensão, porque obedecem a uma sistematicidade e a uma regularidade, comprovadas por pesquisas de sociolinguistas e de linguistas históricos. Entre outras, a teoria da variação e mudança focaliza essa característica das línguas (veja 1.3.5).

O locutor e o interlocutor atuam em diferentes espaços, concretamente configurados, desenvolvendo seu(s) tópico(s) conversacional(is). Para se comunicar com eficiência, eles fazem diferentes escolhas no multissistema linguístico, as quais deixarão marcas formais em sua produção linguística (veja 1.2).

Imagine um locutor conversando com um interlocutor sobre determinado assunto. O resultado de sua interação será assinalado por sua obrigatória integração em características sociais involuntárias (sua origem geográfica, nível sociocultural, idade, sexo) e por escolhas voluntárias (seleção de um canal para a comunicação, seleção de um registro adequado à interação).

Os seguintes eixos organizam a heterogeneidade/diversidade do PB: (1) variação* geográfica, (2) variação sociocultural, (3) variação individual, (4) variação de canal e (5) variação temática. Cada uma dessas variações, por sua vez, é organizada por um conjunto de variantes*, ou seja, um conjunto de usos linguísticos considerados relevantes para a caracterização de uma variedade. Com isso, entende-se por variação a manifestação concreta da língua, e por variedade a soma idealizada das variações. Se fôssemos dispor esses conceitos numa hierarquia, teríamos

variante > variação > variedade

Para estudar a variação linguística, temos de selecionar um conjunto de variantes. Ordenamos as variantes a partir dos diferentes eixos de variação, enumerados anteriormente. E como esses eixos coexistem no tempo, segue-se que cada variante que produzimos convive com as demais.

Sumarizando, o conjunto de variantes configura uma variação, e o conjunto das variações configura a variedade linguística; para a inserção teórica da variedade/heterogeneidade, veja 1.2.2.3.

Cada variedade pode ser descrita em termos de regras categóricas e de regras variáveis. As regras categóricas escapam ao fenômeno da variação, como no caso da anteposição obrigatória do artigo ao substantivo, vedada sua posposição. As regras variáveis captam as situações em que temos liberdade de escolha, como é o caso da anteposição ou da posposição do sujeito.

A pesquisa sociolinguística tem demonstrado que as regras variáveis são correlacionadas com fatores sociais e fatores estruturais. Na síntese de Maria Luíza Braga (com. pessoal), “a variação que observamos decorre da seleção de variantes de uma mesma regra variável própria da variedade sob exame”.

Este capítulo tem por objetivo examinar a diversidade do PB, enquadrada nesses conceitos.

LEITURAS INTRODUTÓRIAS SOBRE A DIVERSIDADE DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Os primeiros trabalhos sobre a diversidade do PB focalizavam suas diferenças em relação ao PE. Os estudos mais recentes se concentram na descrição exclusiva do PB: Elia (1940), Melo (1946a), Silva Neto (1951), Lima Sobrinho (1958). A partir da década de 1970, com a implantação do variacionismo laboviano entre nós, sucederam-se estudos que foram devassando a complexa realidade brasileira: Lemle / Naro (1977), Lemle (1978), Ferreira et al. (1986), Naro (org. 1986), este publicado posteriormente por Oliveira e Silva / Scherre (orgs. 1996), Rodrigues (1987), Mello (1997), Roncarati / Abraçado (orgs. 2003), Pagotto (2004), entre outros. Para uma coletânea de textos sobre o PB, veja Pinto (org. 1978, org. 1981). Para mais informação, veja seção 5 de 15.2.5.

4.1. VARIAÇÃO GEOGRÁFICA

Falantes do PB, como de qualquer outra língua natural, procedem de determinado espaço geográfico. Há uma correlação entre a região de origem dos falantes e as marcas específicas que eles vão deixando em sua produção linguística. Portugueses e brasileiros não falam do mesmo jeito. Brasileiros do Norte, do Nordeste, do Sudeste, do Centro-Oeste e do Sul tampouco falam exatamente do mesmo jeito. Uma língua natural conterà, portanto, diferentes dialetos*, relacionados ao espaço geográfico que ela ocupa.

De todas as variedades do português, a variedade geográfica é a mais perceptível. Quando começamos a conversar com alguém, logo percebemos se ele é ou não originário de nossa região. Em Portugal e no Brasil, as diferenças assim notadas não dificultam a intercompreensão, como ocorre em outros países europeus.

A visibilidade da variedade geográfica logo chamou a atenção dos estudiosos, criando-se a Dialetoлогия* para seu estudo. Dialetoólogos brasileiros ecoaram iniciativas europeias semelhantes.

4.1.1. A DIALETOLOGIA BRASILEIRA

Segundo Ferreira / Cardoso (1994: 37-63), três fases assinalaram o desenvolvimento da Dialetoлогия brasileira. Nesta seção, vou acompanhar essas autoras e também Castilho (1973a).

A primeira fase vai de 1826 a 1920, caracterizando-se “pela produção de trabalhos voltados, basicamente, para o estudo do léxico e de suas especificidades no PB, de que resultaram numerosos dicionários, vocabulários e léxicos regionais” (Ferreira / Cardoso, 1994: 15).

Autores que procederam ao levantamento de diversos vocabulários regionais integram essa fase, segundo Rossi (1967) e Cardoso (1999, 2001-2002):

- 1883 a 1884 – visconde de Beaurepaire-Rohan, *Glossário de vocábulos brasileiros, tanto dos derivados como daqueles cuja origem é ignorada na Gazeta Literária*; transformado em 1889 no *Dicionário de vocábulos brasileiros*.
- 1884 – Macedo Soares, *A linguagem popular amazônica*, contendo um glossário de cerca de 120 palavras de origem tupi em uso na Amazônia.
- 1901 – Theodoro Sampaio, *O tupi na geografia nacional*.
- 1905 – Vicente Chermont de Miranda, *Glossário paraense*.
- 1912 – P. Carlos Teschauer, *Apostilas ao dicionário de vocábulos brasileiros*.
- 1912 – Rodolfo Garcia, *Dicionário de brasileirismos*.

A segunda fase vai de 1920 a 1952. O período foi inaugurado pelo paulista Amadeu Amaral, ao escrever *O dialeto caipira*. Ele observou os usos do português em Capivari, Piracicaba, Tietê, Itu, Sorocaba e São Carlos, descrevendo detalhadamente a pronúncia, questões de gramática e de vocabulário da região. Amaral tratou do [ɹ] caipira, também conhecido como [ɹ] retroflexo, e supôs que em pouco tempo o falar caipira desapareceria. O assunto foi retomado em Ada Natal Rodrigues (1974) e Ângela Rodrigues (1987), que comprovaram a vitalidade desse falar.

O termo final desse período é dado pela edição do *Decreto n. 30.543, de 20 de março de 1952, cujo Artigo 3º assenta como principal finalidade da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa "a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil"*. Esse decreto foi inspirado pela nascente Dialectologia brasileira.

Depois de Amadeu Amaral, Antenor Nascentes publicou em 1922 *O linguajar carioca*, livro que chamou a atenção para a importância da Dialectologia como um programa de pesquisas. Viajando intensamente pelo país, e mesmo não tendo aplicado o método da Geografia Linguística, ele organizou o primeiro mapa dialetológico brasileiro, o qual tem sido tomado como referência pelos pesquisadores atuais.

Nascentes dizia que, se observarmos a execução dos fonemas /e/ e /o/ em posição pretônica, reconheceremos duas grandes áreas dialetológicas no Brasil: a do Norte, em que essas vogais soam abertas, como [ɛ] e [ɔ], e a do Sul, em que elas soam fechadas, como [e] e [o]. O falar do Norte compreende dois subfalares, o amazônico e o nordestino. O falar do Sul compreende quatro subfalares: o baiano, o mineiro, o fluminense e o sulista:

Mapa 4.1 – Areas dialetais segundo Antenor Nascentes



Fonte: Noll (2008: 52)

Noll (2008) reuniu num mapa o tratamento das variantes [s] e [ʃ], o que confirma a divisão proposta por Nascentes:

Mapa 4.2 – O tratamento de [s] e [ʃ] no Brasil segundo Volker Noll



Fonte: Noll (2008: 65)

A terceira fase vem de 1952 até a atualidade, caracterizando-se “pela produção de trabalhos com base em *corpus* constituído de forma sistemática e é marcado(a) pelo início das preocupações com o desenvolvimento dos estudos de Geografia Linguística no Brasil” (Ferreira / Cardoso, 1994: 45). A metodologia da Geografia Linguística passou a ser utilizada nessa fase. Esse método implica em percorrer determinado território, selecionar habitantes nascidos no lugar e filhos de pais igualmente oriundos do lugar, formulando-lhes em seguida um conjunto de perguntas relativas a atividades que eles exerçam, gravando eletronicamente suas respostas. As diferentes respostas obtidas são transcritas em vários mapas da região estudada. As respostas que documentam propriedades fonológicas, morfológicas ou sintáticas semelhantes apontam para uma área dialetal. O conjunto desses mapas forma o atlas linguístico.

Antenor Nascentes e Serafim da Silva Neto tiveram uma importância particular no lançamento desta fase.

Nascentes publicou em 1958 e em 1961 os dois volumes das *Bases para a elaboração do atlas linguístico do Brasil*, em que apresenta “informações sobre quatro pontos fundamentais na realização da pesquisa dialetal: a anotação de dados sobre o informante, as notas sobre a localidade, o questionário (organizado por área semântica) e a escolha das localidades” (Ferreira / Cardoso, 1994: 64). Serafim da Silva Neto empreendeu a formação de uma “mentalidade dialetológica” entre nós (Silva Neto, 1957a). Mota (1964) preparou igualmente um questionário, para uso em Goiás.

Mas foi Nelson Rossi, linguista carioca filiado à Universidade Federal da Bahia, que saiu a campo com uma equipe que ele preparara, publicando os primeiros atlas linguísticos regionais do Brasil. A opção pelos atlas regionais explica-se pela enormidade do território brasileiro, entre outras dificuldades. Foi assim publicado o pioneiro *Atlas prévio dos falares bahianos* (Rossi / Ferreira / Isensee, 1963; Rossi, 1965), seguido pelo *Atlas de Sergipe* (Ferreira et al., 1987; Cardoso, 2002).

Além dos atlas regionais, vários estudos monográficos focalizaram regiões de um estado: Rodrigues (1974), já mencionada, fez as pesquisas de Amadeu Amaral no estado de São Paulo, estudando as regiões de penetração bandeirante (Itu, Porto Feliz, Tietê, entre outras) e constatando a vitalidade do falar caipira. Careno (1997) estudou o PB do Vale do Ribeira, igualmente no estado de São Paulo. Relativamente ao [ɾ] caipira, outros estudos mostraram que essa execução é discriminada pelos falantes cultos, que procuram evitá-lo em situações de fala formal. Essa variedade geográfica ocorre no Mato Grosso, em Goiás, em São Paulo e no sul de Minas. É impossível saber se ela vai desaparecer ou se vai ser mantida.

Esse conjunto expressivo de atividades abriu caminho ao Projeto Atlas Linguístico do Brasil (AliB), de âmbito nacional, coordenado por Suzana Alice Marcelino Cardoso. O projeto teve início no final da década de 1990, com a reunião de vários especialistas em Salvador, de que resultou a criação de um Comitê Nacional, que deu início aos trabalhos de campo (Cardoso, 2005).

4.1.2. FALARES BRASILEIROS

A sociedade brasileira tem-se caracterizado nos últimos trinta anos por uma enorme mobilidade, causada pela intensa urbanização e pela expansão da fronteira agrícola. No começo do século xx, apenas 8% da população habitava as cidades, porcentagem que passou para 36% na década de 1950, para 67,6% na de 1980, e pouco mais de 80% no final do século xx.

Nos dois casos, passam a conviver brasileiros de regiões geográficas diferentes, usuários de falares igualmente diferentes.

No caso daqueles que se deslocam para as capitais, como Brasília e São Paulo, para ficar apenas em dois exemplos, tem-se observado que quem chega ou procura outros conterrâneos, isolando-se

com eles da sociedade envolvente, ou busca integrar-se em seu novo meio. Os primeiros conservam os traços típicos de seu falar. Os segundos apagam os traços mais salientes, o que tem permitido descobrir o que eles mesmos consideram mais típico, mais característico. Já se notou que os candangos nordestinos de Brasília livram-se logo das vogais pretônicas abertas, como em *cronel*, *evidentemente* etc. (Bortoni-Ricardo, 1985).

Ainda não dispomos de uma consolidação dos achados dos atlas regionais brasileiros. Simplificando bastante as coisas, vejamos quais são as principais características do PB do Norte e as do PB do Sul.

Quadro 4.1 – Características do PB do Norte e do PB do Sul

PORTUGUÊS BRASILEIRO DO NORTE	PORTUGUÊS BRASILEIRO DO SUL
PRONÚNCIA DAS VOGAIS	
Abertura das átonas pretônicas no Nordeste (<i>covardi</i> , <i>noturno</i> , <i>neblina</i> , <i>recruta</i>).	Fechamento dessas vogais no Sul: <i>cuvardi</i> , <i>nuturnu</i> , alternando com <i>covardi</i> , <i>noturnu</i> etc.
Fechamento maior em palavras dissilábicas, donde <i>fliz</i> , <i>chuver</i> .	Mesmos fenômenos, embora não por todo o Sul.
Vogais átonas finais -e, -o são fechadas, encontrando-se as pronúncias <i>pentelpentí</i> , <i>lobollobu</i> .	Vogais átonas finais -e, -o são mantidas em algumas regiões do Sul.
PRONÚNCIA DAS CONSOANTES	
Produção de /r/ no Nordeste e no Rio de Janeiro como vibrante posterior.	Produção de /r/ no Sudeste e Sul como [r] vibrante anterior. O [ɹ] retroflexo ocorre na área dos falares caipiras, no final da palavra, na posição inicial de sílaba e nos grupos consonantais: <i>porta</i> , <i>caro</i> , <i>cobra</i> . Nas situações formais, a execução retroflexa é discriminada.
Troca de v por b em palavras tais como <i>barrer</i> , <i>bassoura</i> , <i>berruga</i> , <i>bespa</i> , na variedade popular de Pernambuco, Bahia.	Mesmo fenômeno, na variedade popular.
As dentais [t] e [d] em posição postônica são palatizadas, como em <i>denti</i> , <i>podi</i> , ou mesmo africadas, como em <i>dentfi</i> , <i>podzí</i> .	Manutenção da execução dental de [t] e [d] em algumas regiões, produzindo-se uma ligeira palatização nas demais, como em <i>denti</i> , <i>podi</i> .
Espiração e perda de [-s] final: <i>vamos</i> > <i>vamoh</i> > <i>vamo</i> ; <i>pôs</i> > <i>poih</i> > <i>pô</i> .	Manutenção da sibilante: <i>vamos</i> , <i>pôs</i> . Palatização na área do Rio de Janeiro: <i>vamuɸ</i> , <i>poif</i> . Não realização em São Paulo e em Minas Gerais.
MORFOLOGIA	
Morfologia nominal e pronominal	
Generalização do pronome relativo <i>que</i> , perdendo-se <i>cujo</i> , <i>onde</i> .	Mesmo fenômeno.
Morfologia verbal	
Elevação da vogal temática no pretérito perfeito do indicativo, no PB popular: <i>fiqumo</i> , <i>falemo</i> , <i>bebimu</i> .	Mesmo fenômeno, na mesma variedade.

SINTAXE	
Simplificação da concordância nominal, expressa apenas pelo determinante (como em <i>as pessoa</i>). A concordância nominal e verbal são favorecidas quando as formas de singular e de plural do substantivo ou do verbo se distinguem mais fortemente (saliência fônica), como em <i>a colher/as colheres</i> (em contraste, por exemplo, com <i>o menino/os meninos</i>), <i>o menino é alto/os meninos são alto</i> (em contraste, por exemplo, com <i>ele fala/eles falam</i>).	Marcas redundantes da concordância na fala culta. Mesmos fenômenos na fala popular.
Objeto direto expresso por <i>ele, lhe</i> : <i>eu não vi ele/eu não lhe vi, eu não conheço ele/eu não lhe conheço</i> .	Preferência pela omissão dos pronomes nessas funções: <i>eu não vi Ø, eu não Ø conheço</i> .
Preferência pela sentença relativa cortadora, em que se omite a preposição antes do pronome relativo (<i>perdi a revista que a capa estava rasgada</i>) e pela relativa copiadora, em que se insere pronome pessoal depois do relativo (<i>o menino que ele chegou trouxe a correspondência</i>). Veja 9.2.3. Nos dois casos, nota-se que o relativo se “despronominaliza” e é cada vez mais apenas uma conjunção.	Mesmos fenômenos.
Preferência pela oração substantiva “dequeísta”: <i>Ele falou de que não sabia de nada</i> .	Mesmo fenômeno.

O quadro acima aponta a presença de muitos traços comuns entre Norte e Sul. Muitos desses fenômenos se correlacionam mais com a classe social dos falantes do que com a região de onde procedem.

4.1.3. FALARES FRONTEIRIÇOS

Desde que Rona (1965) examinou as características do PB falado na fronteira com o Uruguai, nunca mais o tema saiu da agenda: vejam-se os trabalhos de Hensey (1967, 1972, 1975, 1982), Elizaincín (1978, 1979a, 1979b, 1992), Elizaincín/ Behares / Barrios (1987), Carvalho (2003a, 2003b, 2004). Estes últimos mostraram que a penetração do PB popular havia aumentado, ocupando uma terça parte do território uruguaio.

A lusitanização de parte do Uruguai prende-se ao fato de que o lugar integrava o Império Brasileiro, como sua Província Cisplatina. A incorporação do território ao Império Espanhol se fez acompanhar da implantação do espanhol no novo país. Os habitantes do norte do Uruguai, entretanto, seguiram falando português nas situações informais, valendo-se do espanhol nas situações formais, situação conhecida como diglossia.

Novos estudos sobre contatos linguísticos na fronteira surgiram quando se deu a expansão agrícola em direção ao Paraguai, criando-se a figura dos “brasiguaios”, cuja linguagem foi estudada em Dietrich (2004), Symeonidis (2004) e Thun (2004).

LEITURAS SOBRE DIALETOLOGIA, PESQUISA DIALETOLÓGICA, FALARES BRASILEIROS

Para um balanço das pesquisas dialetológicas no Brasil, veja Castilho (1973a), Aragão (1988), Brandão (1991), Aguilera (org. 1998), Cardoso (1999, 2001-2002, 2005), Isquierdo (2005).

Sobre a primeira fase da pesquisa dialetológica: Amaral (1922/1977), Nascentes (1922), Marroquim (1943/1996), Teixeira (1938), entre outros.

Sobre a preparação da segunda fase: Silva Neto (1957a), Nascentes (1958-1961), Mota (1964).

Sobre a descrição dos falares brasileiros durante a terceira fase:

- Bahia: Rossi / Ferreira / Isensee (1965), Rossi (1965).
- Minas Gerais: Ribeiro et al. (1977).
- São Paulo: Caruso (1982, 1983).
- Paraíba: Aragão / Menezes (1984).
- Sergipe: Ferreira et al. (1987), Cardoso (2002).
- Paraná: Aguilera (1994).
- Região Sul do Brasil: Koch / Klassman / Altenhofen (2002).
- Pará: Razky (2004).

Sobre a terceira fase, relativa ao atlas linguístico do Brasil: Cardoso (2005).

Sobre os falares fronteiriços do PB: Rona (1965), Hensey (1967, 1972, 1975, 1982), Elizaincín (1978, 1979a, 1979b, 1992), Elizaincín / Behares / Barrios (1987), Dietrich (2004), Carvalho (2003a, 2003b, 2003c, 2004), Symeonidis (2004), Thun (2004).

Para uma consolidação atualizada dos dados obtidos, veja Noll (2008).

4.2. VARIAÇÃO SOCIOCULTURAL

Mesmo que se considerem os falantes do PB originários de uma mesma região, ainda assim sua linguagem varia, pois cada falante procede de um segmento diferente da sociedade. Já se observou que há uma correlação entre fatos linguísticos e o segmento social de onde o falante procede. Costuma-se sistematizar as variedades socioculturais levando em conta as seguintes variáveis: (i) falante não escolarizado, (ii) falante escolarizado.

Analfabetos e cidadãos escolarizados não falam exatamente da mesma forma. Analfabetos usam o *português popular*, ou variedade não culta. Pessoas escolarizadas usam o *português culto*, ou variedade padrão, aprendida na escola ou no ambiente familiar.

Ambas as modalidades foram trazidas pelos colonos portugueses, com predominância dos falantes do português popular. A história se repetiu também aqui. Afinal, que classe social de romanos invadiu a península ibérica? O alto patriciado romano? Nada disso, foi a massa menos favorecida da população, que esperava tornar-se proprietária das terras conquistadas. E de fato melhoraram de vida, e passaram a ensinar aos povos conquistados suas técnicas de plantar, construir casas e administrar. Sempre falando em latim vulgar.

E que portugueses enfrentavam no século XVI as incertezas da longa travessia marítima? Os portugueses “bem de vida”? Não, estes financiavam as esquadras e ficavam com grande parte dos lucros. Quem enfrentava os problemas das novas terras, encarava o índio, plantava, construía e procurava ficar rico eram os sem-terra daqueles tempos. É verdade que não eram uns pobretões acabados. Eles tinham que pagar o transporte nos navios e a comida que comeriam durante a travessia.

Uma família portuguesa juntava algum dinheiro e despachava um de seus membros, na esperança de que ele “fizesse a América” e retornasse rico, compensando o investimento feito. Isso não fazia deles nobres, posição que viria a ser reivindicada pelos descendentes que deram certo. Agora, pobres, pobres mesmo, só os degredados e as prostitutas, enviados pela justiça portuguesa às terras americanas, com passagem paga pelo governo. Passagem só de ida, óbvio.

De modo que não foi propriamente o português falado nas aulas da Universidade de Coimbra que desembarcou em nossas praias. Era o português popular, não padrão, o primeiro que se fez ouvir nas plagas sul-americanas. Dele deriva, de forma direta, o PB popular. Assim, para conhecer as bases do PB popular, teremos de descrever o PE popular do século XV. Uma tarefa bem complicada, que terá de ser enfrentada pelas novas gerações de linguistas!

Mas voltando à sincronia, são muito diferentes entre si as variedades popular e culta? Não a ponto de dificultar a intercomunicação. Vamos deixar claro o seguinte: quando distinguimos PB popular de PB culto, estamos nos referindo a variações socioculturais não separáveis rigidamente. Ninguém é exclusivamente “falante popular” nem “falante culto”. As linhas divisórias entre essas modalidades são muito tênues – afinal não se trata de duas línguas diferentes!

Cada variação sociolinguística é definível, portanto, em termos de um feixe de características, e o que distingue uma de outra é a frequência de uso. Por exemplo, é mais frequente que usuários do PB popular não concordem o verbo com o sujeito, e mesmo assim nem sempre! Fazer a concordância é uma característica mais frequente entre os usuários do PB culto – mas, igualmente, nem sempre! Que brasileiro escolarizado em algum momento já não disse “*chegou aqui depois de muita espera os livros encomendados*”? Quem pratica o português popular não “fala errado” – apenas opera com a variedade correspondente ao seu nível sociocultural. Quem pratica o português culto não “fala certo”, de novo apenas se serve da variedade correspondente ao seu nível sociocultural. Falar errado é não se fazer entender em seu meio, como lembrava o professor Antenor Nascentes, ou é usar uma variedade inadequada ao meio em que o falante se encontra. Em suma, a diferença entre PB popular e PB culto é muito mais uma questão de estatística do que de outra coisa qualquer, e os juízos de valor associados a essas modalidades decorrem de circunstâncias sociológicas que nada têm a ver com a enorme complexidade de ambas as variedades linguísticas.

Você gosta daquelas belas canções italianas? Sabia que em sua maior parte elas são cantadas nos dialetos sulinos da Itália, e ninguém torce a cara para isso? É verdade que num ambiente desconhecido, pelo sim pelo não, é melhor atacar de PB culto. Mas, veja bem, essa decisão tem um caráter puramente prático, e não assenta em nenhuma pretensa superioridade de uma variedade sociocultural sobre a outra. Por que será então que no Brasil se faz tanta questão de discriminar o português popular, considerando-o uma modalidade errada, inferior? Pense em como está organizada nossa sociedade, compare-a à de outros países, e encontre a resposta.

Cada uma das situações sociolinguísticas descritas na seção anterior dispõe de normas próprias. Ninguém usa o português formal numa situação familiar, ninguém fala como se falava no passado, e assim por diante. Esse é o entendimento que se tem de uma norma geral, de motivação antropológica.

Os antropólogos entendem a norma como um fator de aglutinação social, argumentando que ela é um conjunto de ações e atitudes culturais que resultam de forças coletivas. Em qualquer comunidade, cobra-se fidelidade de seus membros aos diferentes padrões culturais, aí incluída a língua. Sem adesão a esses padrões, o indivíduo é um estranho em seu grupo, e, no limite, toda uma comunidade perde sua identidade.

Mas tem-se observado que nas diversas comunidades de fala há sempre uma norma específica, uma variedade linguística de maior prestígio, a que se denomina *língua padrão, norma culta**. Para o entendimento do que é a norma culta, consulte a seção 1.4.

Numa sociedade em rápido processo de mudança como é a brasileira, há uma natural flutuação nas aspirações da classe escolarizada com respeito à adequação em matéria linguística. Foi por isso inevitável a flutuação da norma culta ao longo dos tempos. Durante o Brasil Colônia, o português padrão brasileiro coincidia com o português padrão lusitano, pois até aquela época não havia diferenças entre o português de aquém e de além mar. Além disso, os portugueses comandavam os negócios públicos, imprimiam rumos políticos e culturais ao território, predominavam numericamente entre a população branca, tendo por isso um prestígio social maior.

Com a Independência e a ascensão dos brasileiros a cargos governamentais, configurou-se outra variedade de prestígio, e com isso o português culto do Rio de Janeiro, capital da Colônia, e depois do Império e da República, foi considerado como um novo padrão, passando a ser utilizado nos

materiais didáticos e mesmo em congressos científicos como a modalidade a ser adotada por quem quer que buscasse prestígio linguístico em sua comunidade. Bem, isso é o que se diz, pois não se confirmou por pesquisas empíricas que os brasileiros cultos das diferentes regiões brasileiras falam, ou falaram, de fato como os cariocas.

Com a mudança da capital para Brasília e o desenvolvimento de outras regiões, passou a ocorrer no Brasil uma situação de policentrismo cultural, claramente prevista por Rossi (1968/1969). Hoje é uma tarefa inútil buscar na fala do Rio, de São Paulo ou de qualquer outra região um padrão válido para todo o país. Ao longo desta gramática, tenho repetido que dispomos de diversos padrões linguísticos, cujo prestígio vale para as regiões em que são praticados.

Importa igualmente dar-se conta de que a teoria da variação linguística tem tido uma grande repercussão na análise gramatical. Admite-se hoje que os falantes de uma língua operam com um conjunto de gramáticas, de acordo com a situação linguística particular em que estão envolvidos. Labov (1972a) mostrou que é possível estudar a língua em situações reais de uso, porque a heterogeneidade da língua é estruturada.

Veja no Quadro 4.2 as principais características das variedades popular e culta. Nesse quadro, não tive a preocupação de separar as regiões dialetais brasileiras.

Quadro 4.2 – Características do PB popular e do PB culto

PORTUGUÊS BRASILEIRO POPULAR	PORTUGUÊS BRASILEIRO CULTO
VOGAIS E DITONGOS	
Ditongação das vogais tônicas seguidas de sibilante no final das palavras: <i>mêis, luiz</i> .	Manutenção dessas vogais: <i>mês, luz</i> .
Perda da vogal átona inicial: <i>marelo, sucra</i> .	Manutenção da vogal átona inicial: <i>amarelo, açúcar</i> .
Nasalação das átonas iniciais: <i>inzame, inducação, inleição, indentidade</i> . Nasalação dos monossílabos tônicos: <i>im, vim</i> .	Execução oral da átona inicial, flutuando sua altura em pronúncias como <i>exame/izame, educação/educação</i> . Manutenção dos infinitivos monossilábicos: <i>ir, vir</i> .
Queda das vogais átonas postônicas nas proparoxítonas: <i>pêzgu, cosca, oclos, arve, figo</i> , por <i>pêssego, cócegas, óculos, árvore, figado</i> . Com isso, predominam as paroxítonas.	Mantêm-se as átonas postônicas nas proparoxítonas.
Perda da distinção entre ditongos e vogais em contexto palatal: monotongação em <i>caxa, pexe, bejo, quejo</i> ; ditongação em <i>bandeija, feichar</i> .	Perda dessa distinção, variando regionalmente a presença da ditongação.
Perda da nasalidade e monotongação dos ditongos nasais finais: <i>eis cómi, os hómi, eis faláru, viági, reciclági</i> , por <i>eles comem, os homens, eles falaram, viagem, reciclagem</i> .	Manutenção dos ditongos nasais: <i>eles comem</i> ['kɔmẽy], <i>os homem</i> [oz'ɔzmẽy], <i>eles falaram</i> [fa'larãw]. Monotongação desses ditongos: ['kɔmim], ['ɔmi], [fa'larum].
Monotongação dos ditongos crescentes átonos em posição final: <i>ciença, experiência, negoço</i> .	Manutenção desses ditongos: <i>ciência, experiência, negócio</i> .
CONSOANTES	
Troca de [l] por [r] em final de sílaba e em grupos consonantais: <i>marvado, pranta</i> .	Manutenção do [l]: <i>malvado, planta</i> .
Iodização da palatal lh: [o'reya], ['veyu].	Manutenção da palatal: <i>orelha, velho</i> .
Perda das consoantes [d] e [b] quando precedidas de vogal nasal: <i>andano</i> por <i>andando</i> , <i>emora</i> por <i>embora</i> .	Manutenção dessas consoantes na fala formal: <i>andando, embora</i> . Na fala espontânea, perda dessa consoante.

SÍLABA	
<p>Alteração da coda silábica, abrindo-se progressivamente as sílabas, mediante:</p> <p>(i) a perda das consoantes travadoras [-s], [-l], [-r] em sílaba final: <i>as criança, os papê, comê</i>;</p> <p>(ii) idem em sílaba medial: <i>memo, ahto</i>, ou substituição de [l] por [r]/[ɾ]: <i>mermo, arto</i>, ou iodização de [l]: <i>aytu</i>.</p> <p>(iii) inserção de vogal anterior alta: <i>meli, mari, calori</i>.</p>	<p>Manutenção da coda silábica:</p> <p>(i) perde-se apenas [-r]: <i>comê</i>, salvo quando a palavra precede outra iniciada por vogal, como em <i>ir andando</i>. Começa-se a perder [-r] pós-vocálico, antes de fricativas: <i>emegência, exército, ceveja, univesidade</i>, na fala culta e popular.</p> <p>(ii) mantém-se a consoante travadora de sílaba medial: <i>mesmo, alto</i>.</p> <p>(iii) mantém-se a consoante travadora de sílaba final: <i>mel, mar, calor</i>.</p>
MORFOLOGIA	
Morfologia nominal e pronominal	
Perda progressiva do -s para marcar o plural, que passa a ser expresso pelo artigo: <i>os homi, as pessoa</i> .	Manutenção das regras redundantes de marcação do plural, salvo na fala rápida: <i>os homens, as pessoas</i> .
Perda do valor do sufixo -ior nos comparativos de superioridade, utilizando-se o advérbio <i>mais</i> : <i>mais mió, mais pió</i> .	Preservação do valor comparativo do sufixo -ior: <i>melhor, pior</i> .
Alterações no quadro dos pronomes pessoais: (i) substituição de <i>tu</i> por <i>você</i> na maior parte do país, o uso de <i>tu</i> ocorre em variação com <i>você</i> ; (ii) substituição de <i>nós</i> por <i>a gente</i> ; (iii) perda do [-l-] da terceira pessoa: <i>ey, eys</i> ; (iv) o reflexivo <i>se</i> perde o traço de terceira pessoa gramatical (<i>eu se esqueci, nós não se falemo mais</i>); (v) perda do pronome <i>o</i> , generalização do pronome <i>lhe</i> como acusativo quando em referência à segunda pessoa (<i>eu não lhe vi, eu não lhe conheço</i> , em que <i>lhe</i> é realizado como [lê], [li]).	Alterações no quadro dos pronomes pessoais: (i) usa-se <i>tu</i> nas regiões Norte e Sul do país, e na cidade do Rio de Janeiro, neste caso sem com ele concordar o verbo: <i>tu sabe de uma coisa?</i> ; (ii) substituição progressiva de <i>nós</i> por <i>a gente</i> ; (iii) manutenção do [-l-] da terceira pessoa: <i>ele, eles</i> , salvo em Minas Gerais, onde se ouve com frequência <i>s vêm pro jantar</i> ; (iv) o reflexivo mantém seu traço de terceira pessoa gramatical (<i>ele se esqueceu</i>) ou é omitido (<i>eu esqueci, eu formei em 1980</i>); (v) difunde-se a perda de <i>o</i> na língua falada, para referência à segunda e terceira pessoas, mantendo-se na língua escrita; difunde-se igualmente a perda de <i>lhe</i> para referência à terceira pessoa, sendo substituído por <i>pra ele/ela</i> . Mantém-se, porém, o uso de <i>lhe</i> para referência à segunda pessoa em variação com <i>te</i> em algumas regiões (<i>eu lhe matei/te matei</i>), mantendo-se igualmente na língua escrita.
Redução do quadro dos pronomes possessivos para <i>meu/seu/dele</i> , com perda progressiva de <i>teu</i> nas regiões em que desapareceu <i>tu</i> , e de <i>seu</i> em referência à terceira pessoa. Oliveira e Silva / Scherre (orgs. 1996) mostram que neste caso <i>seu</i> continua apenas em contextos de quantificação: <i>ela terá seus quarenta anos, cada um leva o seu</i> .	Mesmas características. O pronome <i>teu</i> pode aparecer em contextos marcados, alternando com <i>seu</i> : <i>Meta-se com os seus negócios, isto não é da tua conta!</i> O mesmo ocorre na fala popular.
Redução dos pronomes demonstrativos a dois tipos, <i>este/esse vs. aquele</i> , perdendo-se a distinção lexicalmente marcada entre primeira e segunda pessoa. <i>Este/esse</i> ocorrem para indiciar objetos próximos ou para retomar informações próximas, mantendo-se <i>aquele</i> para indiciar objetos e informações remotas.	Mesmas características.
Generalização do pronome relativo <i>que</i> , perdendo-se <i>cujo, onde</i> .	Mesmas características.

Morfologia verbal	
Elevação da vogal temática no pretérito perfeito do indicativo: <i>fiqueму, faleму, bebimu</i> , distinguindo-se do presente <i>ficamu, falamu, bebemu</i> .	Manutenção da vogal temática, continuando indistintos o presente e o pretérito: <i>ficamos, falamos, bebemos</i> .
Simplificação na morfologia de pessoa, dadas as alterações no quadro dos pronomes pessoais, reduzindo-se a conjugação a apenas duas formas diferentes: <i>eu falo, você/ele/ela gente fala/eles falam</i> . Por hipercorreção, pode-se ouvir <i>a gente falamos</i> .	A morfologia de pessoa reduz-se a três formas (às vezes, a quatro formas diferentes): <i>eu falo, você/ele/ela gente fala/eles falam</i> . Quando ocorre <i>nós</i> , ocorrerá a quarta forma: <i>nós falamos</i> .
SINTAXE	
Simplificação da concordância nominal: (i) expressa pelo determinante: <i>as pessoa</i> . (ii) simplificação acentuada quando o substantivo e o adjetivo vêm no diminutivo (<i>aqueles cabelim branquim</i>).	Manutenção da concordância nominal com redundância de marcas: <i>as pessoas, aqueles cabelinhos branquinhos</i> . Em algumas regiões do país a simplificação alcançou também os diminutivos.
Simplificação da concordância verbal: <i>as pessoa fala, fala, mas não resolve nada</i> .	Manutenção da concordância do verbo com o sujeito anteposto: <i>as pessoa falam, falam, mas não resolvem nada</i> .
Manutenção da concordância apenas quando há saliência fônica entre a forma do singular e a forma do plural: (i) Concordância nominal: <i>a colher/as colheres</i> . (ii) Concordância verbal: <i>as pessoa saíru, elas são bão</i> .	Manutenção da morfologia do substantivo e do verbo no plural: <i>as colheres, as pessoas saíram</i> . Em Minas Gerais a redução morfológica se mostra também na fala culta: <i>cantáru, bebêru, fizêru, saíru</i> .
Falta de concordância: (i) de gênero, como em <i>o meu sobrinha, cabelo grossa</i> , no Vale do Ribeira (SP) e na baixada cuiabana. (ii) de pessoa gramatical entre o verbo e o sujeito, como em <i>eu foi, eu apanhou 2 quilos</i> , nos mesmos lugares. (iii) de número entre o verbo e o sujeito posposto, como em <i>tava lá as empregadas</i> .	Manutenção da concordância nos casos (i), (ii). A regra pode não se aplicar em (iii) quando o sujeito é posposto a verbo monoargumental: <i>Faltou as respostas mais interessantes</i> . Na fala culta documentada pelo Projeto Nurc, a concordância ocorre em casos como <i>Haviam muitas pessoas na sala</i> .
Predominância do sujeito expresso e colocado antes do verbo, evitando-se o sujeito posposto.	Mesma característica. Sujeito "pesado", constituído por muitas sílabas, tende a pospor-se, mas a sintaxe torna-se progressivamente mais rígida.
Omissão do objeto direto: <i>eu vi Ø</i> . Quando expressa, essa função vem preenchida pelo pronome <i>ele</i> (<i>eu vi ele</i>) ou por <i>lhe</i> , em referência à segunda pessoa (<i>eu não lhe conheço</i>).	Omissão do objeto direto em 70% dos casos: <i>eu vi Ø</i> . Na fala culta espontânea é comum dizer-se <i>eu vi ele</i> , nas mesmas proporções da fala popular. Dependendo da região, amplia-se o uso de <i>lhe</i> como objeto direto, quando em referência à segunda pessoa: <i>eu lhe vi, mas não lhe reconheci</i> . O mesmo ocorre na escrita, em que oscilações do tipo <i>Isso o agrada/o interessal este amor lhe levou a fazer loucuras</i> se devem à falta de familiaridade com os clíticos.
Supressão da preposição em alguns complementos oblíquos: <i>Eu preciso Ø isso</i> , ou quando o complemento preposicionado é movido para a cabeça da sentença: <i>Isso eu preciso</i> .	Manutenção da preposição: <i>Eu preciso disso</i> , salvo quando o complemento é movido para a esquerda: <i>Isso eu preciso</i> .

Uso de <i>ter</i> nas construções existenciais: <i>Hoje tem aula.</i>	Mesmo fenômeno. Manutenção de <i>haver</i> existencial na língua escrita.
Abundância de construções de tópico sujeito, com retomada pronominal no interior da oração: <i>A menina, ela chegou agora mesmo.</i>	Mesmo fenômeno.
Preferência pela oração relativa cortadora, em que se omite a preposição antes do pronome relativo (<i>perdi a revista que a capa estava rasgada</i>) e pela relativa copiadora, em que se insere pronome pessoal depois do relativo (<i>o menino que ele chegou trouxe a correspondência</i>). Nos dois casos, nota-se que o relativo se “despronominaliza”, transformando-se cada vez mais numa conjunção.	Mesmos fenômenos na língua falada culta. Na língua escrita, discreta preferência pela oração relativa padrão: <i>perdi a revista de que a capa estava rasgada, o menino que chegou trouxe a correspondência</i> . Mesmo nesta variedade, há variação entre cortadoras e copiadoras. Nos registros do Projeto Nurc o relativo <i>cujo</i> desapareceu por completo.
Preferência pela oração substantiva “dequeísta”: <i>Ele falou de que não sabia de nada.</i>	Há certa preferência pela oração substantiva “queísta”: <i>Ele falou que não sabia de nada</i> . Nota-se, entretanto, uma variação grande mesmo na escrita, em que é frequente a queda da preposição em substantivas: <i>a certeza que todos vão colaborar</i> . Este é mais um ponto em que as falas culta e popular confluem para soluções semelhantes.

Fontes: Roberts / Kato (orgs. 1993), Oliveira e Silva / Scherre (orgs. 1996), Naro / Scherre (2007), Maria Eugênia Lamoglia Duarte (com. pessoal).

O quadro anterior confirma que (1) não há uma oposição categórica entre fala popular e fala culta, ocorrendo em muitos casos um compartilhamento de propriedades; (2) em certos casos, a preferência culta exclui fortemente a preferência popular; (3) em situações informais, diminui a distância entre essas variedades, e o falante culto pode aproximar-se bastante da execução popular, ainda que não em todos os casos; (4) as variedades populares flutuam de acordo com a região geográfica, mas a fala culta é um pouco mais homogênea, sobretudo em sua forma escrita.

Várias razões justificam a importância de comparar essas duas variedades:

- (1) Tendo a escola a obrigação de ensinar o português culto, e levando em conta o ingresso nela de muitos alunos que praticam a variedade popular, é evidente que os professores têm de conhecer bem ambas as variedades para desenvolver estratégias de, respeitando a popular, expor os alunos à variedade culta. Ou seja, é preciso que professores e alunos conheçam bem ambas as variedades para escolher com adequação aquela que melhor corresponda à situação de fala: em casa, adota-se a norma familiar, qualquer que seja ela; falando com estranhos, adota-se o português padrão. É nessa espécie de “bilinguismo interno”, manejado com naturalidade em sociedades desenvolvidas, que se assenta uma percepção democrática de uso da língua materna.
- (2) Do ponto de vista diacrônico, viu-se que é a variedade popular que pode dar origem a outras línguas. Sabemos que o português veio do latim vulgar, não do latim culto. Foi preciso aguardar a escolarização da sociedade e a criação de instituições de cultura elaborada para que se criasse espaço para a variedade de prestígio, que é sempre a variedade culta. Com isso, pode ser que uma língua brasileira se desenvolva a partir do PB popular atual.
- (3) Por outro lado, a urbanização crescente do país pôs em contato as variedades popular e culta do PB, até então presas aos seus nichos: o PB popular da zona rural, o PB culto das cidades. Presentemente, contatos entre as duas variedades mostram um forte embate entre elas. Esse embate deve estar plasmando o PB do futuro, além do já mencionado policentrismo cultural e político do país. Nenhum deles fala “melhor” ou “pior” do que os outros.

O surgimento do *PB* culto deve ter-se dado por volta do século XIX, quando se criaram escolas, se fundaram jornais, tem início a alfabetização dos brasileiros, e uma vida cultural mais rica dá seus primeiros passos. Isso criou uma divisão sociocultural na sociedade brasileira. Surge a classe culta, falante do *PB* culto. Também aqui a história se repetiu: afinal não foi o mesmo que aconteceu na Roma do século III a.C.?

Segundo Fausto (1994/1998: 237), os primeiros dados gerais sobre instrução mostram enormes carências nessa área. Em 1872, entre os escravos, o índice de analfabetos atingia 99,9%, e entre a população livre chegava a aproximadamente 80%, subindo para mais de 86% quando consideramos as mulheres. Mesmo descontando-se o fato de que os percentuais se referem à população total, estimada nesse recenseamento em 4,6 milhões, sem excluir crianças nos primeiros anos de vida, eles são bastante elevados. Apurou-se ainda que somente 16,8% da população entre 6 e 15 anos frequentavam a escola, no que seria hoje o ensino fundamental. Havia apenas 12 mil alunos matriculados no ensino médio. Calcula-se que chegava a 8 mil o número de pessoas com educação superior no país. Um abismo separava, pois, a elite letrada da grande massa de analfabetos e da gente com educação rudimentar.

Esse quadro formado por duas classes sociais torna-se mais complexo nas metrópoles, como São Paulo, que receberam no século XIX migrantes europeus e migrantes internos, sendo estes não escolarizados. Ângela C. S. Rodrigues refere-se a esta questão ao tratar do português popular de São Paulo no século XX:

Nas grandes capitais brasileiras, principalmente na capital federal e naquelas das regiões Sul e Sudeste, de que São Paulo é legítima representante, verifica-se um fenômeno especial de variação sociolinguística, explicável pelo intenso fluxo migratório de todas as regiões do Brasil, principalmente do Nordeste, em direção aos grandes centros urbanos. Percebe-se que, na cidade grande, a variedade linguística que utilizam os migrantes em seus estados de origem deixa de representar, significar ou simbolizar sua região, já que passam a compor o imenso contingente de mão de obra não especializada, uma grande maioria de pobres, analfabetos, membros de um estrato social inferior. A variedade de língua que utilizam, regional na origem, torna-se variedade social, símbolo de uma posição social inferior. Os migrantes vão constituir, com a população da capital e de regiões próximas a ela, pertencentes ao mesmo estrato social, um extenso grupo de usuários de uma variedade popular ou não padrão, estigmatizada, que se torna, ela mesma, um indicador da classe socioeconômica a que pertencem, pois apresentam características relativamente permanentes, que não se alteram em função de diferentes situações de fala (Rodrigues, 1987: 25).

Em resumo, o *PB* culto é mais recente que o popular, tendo surgido com a urbanização, que diferenciou a sociedade brasileira em dois níveis sociolinguísticos: a dos escolarizados e a dos analfabetos. As cidades trouxeram as escolas, os teatros, os livros e os jornais. Inicialmente imitando o *PE* culto (a classe administrativa brasileira era formada em Coimbra), pouco a pouco essa classe social encontrou sua personalidade, recolhendo formas populares, mudando outras, até que a partir de 1920 se ergue a consciência de uma identidade linguística brasileira própria.

Lobo (2001 I: 27) fez uma importante observação sobre as fases do português popular e do surgimento do português padrão, que passa a conviver com o popular:

Na primeira fase, o país é eminentemente rural, e a sua diversidade linguística caracteriza-se, principalmente, pela oposição dos dialetos rurais entre si; na segunda fase, o Brasil torna-se um país eminentemente urbano, e a variação diatópica esbate-se em favor de uma variação de tipo diastrático, que opõe falantes de níveis socioculturais distintos, com as classes baixas urbanas passando a ser integradas progressiva e majoritariamente pela população de origem rural e seus descendentes.

LEITURAS SOBRE UMA CARACTERIZAÇÃO SOCIOLINGÜÍSTICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Roberts / Kato (orgs. 1993), Oliveira e Silva / Scherre (orgs. 1996), Roncarati / Abraçado (orgs. 2003), Mollica / Braga (orgs. 2003), Pagotto (2004), Naro / Scherre (2007), Noll (2008).

LEITURAS SOBRE O PORTUGUÊS POPULAR BRASILEIRO

Veja indicações de leitura na seção anterior deste capítulo, acrescentando: Palhano (1958), Ada Natal Rodrigues (1974), Ângela Rodrigues (1987, 2000, 2008b), Guy (1989), Pinto (1990a), Naro / Scherre (1993), Lucchesi (1998).

LEITURAS SOBRE O PORTUGUÊS CULTO BRASILEIRO

Para uma discussão sobre a norma culta do PB, além do que se indica na seção 1.4.1, veja: Castilho (1978a, 1980, 1982, 1983a, 1984a), Cunha (1985), Rodrigues (1987, 2000, 2006, 2007, 2008b), Lucchesi (1994, 1998), Lima-Hernandes (1997), Bagno (1997, 2000, org. 2002, 2003, 2007), Ribeiro (2004), Lopes (org. 2005), Kewitz / Simões (2009).

4.3. VARIAÇÃO INDIVIDUAL

Um conjunto de parâmetros permite observar a variação individual na execução do PB: o registro, a idade, o sexo. Outro parâmetro, o do nível socioeconômico, foi estudado no item anterior.

4.3.1. O REGISTRO: PB FORMAL E PB INFORMAL

Diferentes graus de intimidade caracterizam o espaço social interindividual. A língua produzida segundo esse eixo é denominada *registro*, em que se reconhece o PB informal (ou coloquial) e o PB formal (ou refletido).

Falamos inteiramente “à vontade” com nossa família e com nossos amigos. Falamos com mais cuidado, escolhendo as palavras e refletindo mais sobre a impressão que vamos dar, quando falamos com pessoas desconhecidas. Em consequência, escolhemos os recursos linguísticos adequados a essas situações. Veja como um mesmo indivíduo escreve um bilhete para sua namorada ou se dirige ao seu superior:

Quadro 4.3 – Amostras do PB informal e do PB formal

PB INFORMAL	PB FORMAL
Bilhete para a namorada	Carta para o patrão
<p><i>Oi Bia:</i></p> <p><i>Segueinte. A gente combinou de ir no cinema amanhã, sessão da tarde. Não vai dar. Me esqueci que tem uma prova no colégio, e se eu não estudar minha velha me pega pelo pé. Eu, hein? Tô fora. Você me entende.</i></p> <p><i>Beijocas,</i></p> <p><i>Pedraõ</i></p>	<p><i>Senhor gerente:</i></p> <p><i>Terei de faltar amanhã ao trabalho em razão de uma prova bem difícil, no colégio.</i></p> <p><i>Precisarei estudar, pois se eu for mal nessa prova minha mãe vai ficar muito nervosa.</i></p> <p><i>Espero que o senhor compreenda minha situação e que me desculpe.</i></p> <p><i>Atenciosamente,</i></p> <p><i>Pedro</i></p>

Compare os dois textos e verifique você mesmo quais são as diferenças entre o estilo formal e o estilo informal.

4.3.2. A IDADE: PORTUGUÊS DE CRIANÇAS E DE ADULTOS

Outro ponto que faz variar nossa linguagem é dado por nossa idade. Simplificando um pouco as coisas, sabe-se que velhos falam como se falava antes, e jovens acolhem as mudanças na língua que foram generalizadas posteriormente. Jovens usam mais gírias que velhos (Naro, 1991).

4.3.3. O SEXO: PORTUGUÊS DE HOMENS E DE MULHERES

A estrutura da língua portuguesa não explorou muito fortemente a diferença entre sexos, se comparada com outras línguas. Em algumas línguas, a própria morfologia* é diferente, segundo quem fala é um homem ou uma mulher. No japonês, por exemplo, há dois pronomes para *eu* e dois para *tu*, pelos quais se esclarece o sexo do falante (Rodolfo Ilari, com. pessoal). Pesquisas sobre o PB culto mostraram, entretanto, que mulheres e homens distribuem diferentemente expressões do tipo *eh...*, *ahn...*, *eh...* quando falam, criando o que Tarallo (1993a) chamou de “sotaque sintático”.

LEITURAS SOBRE A VARIAÇÃO INDIVIDUAL

- PB de crianças: Lemos (1986, 1987, 2002), Kato (org. 1992), D. D. Oliveira (1993), Val (1996), Marilza de Oliveira (2000a), Barbosa (2002), Vieira (2004), entre outros.
- PB de adultos: Preti (1984), Tfouni (1988).

4.4. VARIAÇÃO DE CANAL

A comunicação linguística pode ocorrer em presença do interlocutor, quando falamos, ou na sua ausência, quando escrevemos. Isso nos leva à variação de canal, a língua falada e a língua escrita.

Em qualquer uma dessas situações, o locutor não está sozinho na construção de seus enunciados, que são de certa forma controlados pelo interlocutor, presente ou ausente. As línguas naturais são, portanto, constitutivamente dialógicas.

4.4.1. PORTUGUÊS FALADO

A documentação, a transcrição das entrevistas, a descrição e a interpretação da língua falada marcaram profundamente a Linguística moderna. Preliminarmente, vejamos uma breve história de como isso se passou.

4.4.1.1. Histórico dos estudos sobre a oralidade

Do ponto de vista metodológico, tivemos dois momentos no estudo dessa variedade, separados pela utilização do gravador de voz.

1. Primeiro momento

No primeiro momento, situado anteriormente à invenção do gravador portátil, a observação da língua falada se fundamentava em segmentos conversacionais recolhidos de memória e depois registrados no papel, ou na observação de como os escritores documentavam em seus textos a língua falada. Nessa fase, essa modalidade era muitas vezes, erroneamente, denominada “fala popular”.

Nencioni (1983: 129) e D'Achille (1990: 10) informam que Leo Spitzer foi o primeiro a trilhar esse caminho, em seu estudo dos dialetos do italiano, de 1922. Com base em textos de teatro, cartas, novelas e dramas, Spitzer tratou nesse trabalho dos seguintes tópicos: (i) formas de abertura e fechamento do colóquio; (ii) expressões afetivas e de cortesia; (iii) meios lexicais e sintáticos da oralidade. Spitzer influenciou seu discípulo Werner Beinhauer, cujo trabalho *El español coloquial*, da década de 1930, foi durante muito tempo obra de consulta obrigatória. Atuou na mesma linha Charles Bally, enquanto lançou os fundamentos de uma Linguística da Enunciação, programa que teria um grande desenvolvimento após a década de 1960 (Bally, 1942, 1951, 1952). Você verá que esses temas continuarão a ser versados no segundo momento dos estudos sobre a oralidade.

Hoje sabemos que o conhecimento da língua falada obtido por essa via é muito precário, fragmentado e simplificador. Nos textos literários que serviram de *corpora* a esses estudos, o projeto estético que aí subjaz é obviamente mais forte que o interesse documental. Nos demais casos, o ouvido "filtra", por assim dizer, o que é tipicamente oral, deixando de fora os elementos mais característicos dessa modalidade. De todo modo, é preciso reconhecer que Spitzer e Beinhauer voltaram a ter uma grande atualidade após a década de 1980, não só pelo tipo de material linguístico que estudaram como também pelas reflexões teóricas a que a oralidade deu lugar.

2. Segundo momento

O segundo momento nos estudos da oralidade é marcado pelo uso do gravador magnetofônico, pela organização de *corpora* de língua falada, pelo debate sobre as formas de sua transcrição e, finalmente, pelas análises dos materiais levantados. Esses passos constituíram a língua falada como um objeto científico.

Muitos projetos se organizaram para a documentação e o estudo da língua falada. O Quadro 4.4 apresenta uma cronologia desses projetos:

Quadro 4.4 – Cronologia dos estudos sobre a língua falada

- (1) Desde 1967, na América espanhola, e posteriormente na Espanha, Proyecto de Estudio de la Norma Urbana Lingüística Culta. Figura central: Juan M. Lope Blanch, do Colégio de México, falecido em 2003. Veja Lope-Blanch (1964/1967, org. 1982, 1986).
- (2) Desde 1970, no Brasil, Projeto de Estudo da Norma Urbana Lingüística Culta (Projeto Nurc), derivado do anterior, reunindo pesquisadores da Universidade de São Paulo, da Universidade Estadual de Campinas, da Universidade Estadual Paulista e das Universidades Federais de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Publicações do Projeto Nurc: Castilho / Preti (orgs. 1986, orgs. 1987), Preti / Urbano (orgs. 1989, orgs. 1990), Castilho (org. 1989, 1990a), Callou (org. 1992), Callou / Lopes (orgs. 1993, orgs. 1994), Mota / Rollemberg (orgs. 1994), Hilgert (org. 1997), Marques (1996), Preti (org. 1993, org. 1998, org. 2000), Preti et al. (orgs. 1997), Sá et al. (orgs. 1996), Zapparoli / Camlong (2002). Aplicações da oralidade ao ensino: Travaglia (1996b), Ramos (1997), Castilho (1998a/2004).
- (3) Desde 1970, em Portugal, Proyecto do Português Fundamental, que investiga também a língua escrita. Principais figuras: João Malaca Casteleiro, Maria Fernanda do Nascimento, Maria Lúcia Garcia Marques e Maria Luísa Segura da Cruz. Veja Nascimento / Marques / Cruz (orgs. 1984-1987).
- (4) Desde 1974, nos Estados Unidos, Conversational Analysis, sob a liderança de Sacks, Jefferson e Schegloff. Em 1993, Sandra Thompson fez derivar desse movimento a sua Interactional Syntax, com uma vasta produção: Ono / Thompson (1994a, b).
- (5) Desde 1979, na França, Groupe Aixoís de Recherches en Syntaxe. Figura central: Claire Blanche-Benveniste. Veja Blanche-Benveniste (1987) e a revista *Le Français Parlé*.
- (6) Desde 1981, na Itália, Rossana Sornicola, com seu livro *Sul Parlato*. Seguiu-se o projeto *Lessico Italiano di Frequenza*, coordenado desde 1992 por Tullio de Mauro.
- (7) Desde 1982, no Brasil, Projeto Censo Linguístico do Rio de Janeiro, hoje Projeto de Estudos de Usos Linguísticos (Peul). Veja Naro (org. 1986), Oliveira e Silva / Scherre (orgs. 1996), Mollica (org. 1996), Macedo / Roncaratti / Mollica (orgs. 1996), Paiva (org. 1999), Paiva / Duarte (orgs. 2003), Roncaratti / Abraçado (orgs. 2003).
- (8) Desde 1985, no Brasil, Projeto Censo Linguístico do Sul (Varsul).
- (9) Desde 1988, no Brasil, A Linguagem Falada em Fortaleza. Veja Aragão / Soares (orgs. 1996).
- (10) Desde 1993, no Brasil, Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba: Hora / Pedrosa (orgs. 2001).
- (11) Desde 1993, em Moçambique, Projeto Panorama do Português Oral de Maputo. Veja Stroud / Gonçalves (orgs. 1977), Gonçalves (1996, 1998).
- (12) Desde 2002, no Brasil, Amostra Linguística do Interior Paulista (Alip), sob a coordenação de Sebastião Carlos Leite Gonçalves, da Universidade Estadual Paulista de São José do Rio Preto (SP).

Esse quadro mostra que Brasil e Portugal integraram-se desde cedo nessa nova fronteira do conhecimento linguístico.

4.4.1.2. Metodologia para os estudos da oralidade: a gravação e a transcrição

Para constituir a língua falada como um objeto de estudos científicos, teremos de desenvolver um percurso formado por dois momentos: a gravação e a transcrição.

Para gerar um documento da língua falada, selecionamos os falantes de acordo com critérios geográficos (ver seção 4.1 deste capítulo) e sociolinguísticos (ver seção 4.2), escolhemos o tipo de entrevista que queremos (monólogo informal/formal, diálogo informal/formal, conversa telefônica) e produzimos o documento.

Para analisar esses documentos, procederemos à sua transcrição, matéria a ser detalhada em 5.1.1 e 5.2.1.

Ao longo dos estudos sobre a oralidade, foram sendo identificadas as principais características dessa variedade. Isso nos traz à próxima seção.

4.4.1.3. Caracterização da língua falada

Uma caracterização da língua falada passa pelos seguintes pontos:

- (1) É um fato bastante óbvio que a língua falada resulta de um diálogo em presença, imediato, ou de um diálogo em ausência, como na conversação telefônica. Processos e produtos da oralidade são fortemente marcados por essa dialogicidade. Descrever a língua falada é, em grande medida, identificar os sinais da dialogicidade.
- (2) A língua falada documenta simultaneamente os dois momentos fundamentais da linguagem: o momento de planejamento, pré-verbal, de caráter cognitivo, e o momento de execução verbal, de caráter sociointeracional. Esses dois momentos são muito visíveis quando consultamos documentos da língua falada.
- (3) No domínio da Gramática, a reunião dessas propriedades configura a sintaxe colaborativa, examinada em 2.4.4 e, adiante, em 4.4.1.4.

Essas características mostram que a língua falada nos proporciona uma janela privilegiada para a inspeção de como funciona nossa mente quando falamos. O que se viu através dessas janelas? Uma verdadeira renovação das teorias sobre a linguagem.

Examinemos mais de perto essas três características.

1. Língua falada como diálogo em presença

A linguagem humana é fundamentalmente dialógica, mesmo em sua modalidade escrita. Uma diferença, entretanto, é que na língua falada os usuários estão em presença, e a construção do enunciado se ressent de maneira acentuada da interação que aí se desencadeia. Isso levou Givón (1979b: 223-231) a definir a língua falada como o “modo pragmático da fala”. Uma das óbvias consequências disso é que na língua escrita é necessário explicitar as coordenadas espaço-temporais em que se movem as personagens, ao passo que na língua falada tais coordenadas já estão dadas pela própria situação de fala. Tanto é assim que a leitura de uma transcrição da língua falada em que não constem os elementos situacionais causa, por vezes, a impressão de que o locutor é afásico!

Essas constatações banais apontam, entretanto, para processos dialógicos que geram consequências formais muito importantes, tais como a organização dos turnos e dos pares adjacentes, o sistema de reparação e correção, e a ampla utilização de diferentes classes gramaticais, denominadas coletivamente marcadores discursivos* (veja 5.1).

Fixando a atenção apenas nas estratégias de manutenção, passagem consentida e assalto ao turno, fica evidente que os interlocutores se esforçam para acompanhar e avaliar constantemente os rumos da conversação. Decorre daqui uma frequência maior de segmentos epilinguísticos (veja epilinguismo*) e de modalizadores do enunciado, procedimento em que os interlocutores ora enfatizam, ora atenuam o que vai sendo dito, através de expressões tais como *eu acho, eu sei, eu penso* etc., de advérbios modalizadores como *realmente, talvez, provavelmente* etc., e dos delimitadores *mais ou menos, um tipo de* etc. (veja 13.2.2.1.1).

Locutor e interlocutor assumem a coautoria do texto, que vai sendo gerado numa forma interacional, obrigando ambos a uma sorte de coprocessamento sintático (Blanche-Benveniste, 1986: 91). Uma das consequências é que o texto da língua falada é rico em descontinuações, e o interlocutor deve a todo momento preencher vazios.

2. Língua falada como planejamento e execução simultâneos

Já disse anteriormente que há duas fases constitutivas da linguagem: uma fase de planejamento, ou fase cognitiva, em que selecionamos o que vai ser dito e analisamos as condições da interação para a veiculação do que pretendemos dizer, e uma fase de execução, ou fase verbal, em que representamos no léxico e na gramática as ideias consideradas adequadas àquele ato de fala, dando-lhes

uma representação fonológica. Ambas as fases são simultâneas. A primeira delas tem sido designada por “diálogo interno”, ou conversa consigo mesmo. Uma vez engajada a conversação, procedemos constantemente a ajustes sociopragmáticos no planejamento anterior.

Na língua falada, essas fases de planejamento e execução ocorrem simultaneamente, no tempo real. Elas se dão numa situação discursiva plena, isto é, com todos os usuários em presença, o que interfere diretamente na organização e na execução dos atos de fala. Já na língua escrita, a “audiência” tem uma atuação muito discreta, com pouca probabilidade de interferir nessa organização. Nessa modalidade, como observa Pécora (1980: 80), “a primeira pessoa é obrigada a desdobrar-se na segunda”. Na língua falada, tudo “vai para o ar”, por assim dizer, fazendo dessa modalidade uma fonte preciosa para a identificação dos processos estruturantes da língua, examinados em 1.2. Na língua escrita, o leitor não tem acesso nem controle sobre as estratégias de preparação do texto, tais como o plano geral, as diferentes versões etc. Gostaria de insistir que na língua falada nada se apaga, nem mesmo a própria maquinaria da linguagem, permitindo uma inspeção privilegiada. Esse fato corriqueiro é um dos fundamentos da teoria multissistêmica exemplificada nesta gramática.

Os dois grandes processos da oralidade que acabo de definir criam o pano de fundo para a postulação da “sintaxe colaborativa”, que passo a examinar sumariamente.

4.4.1.4. Agenda para uma “sintaxe colaborativa”

Discuti em trabalhos anteriores o problema da língua falada e da descrição de sua sintaxe: Castilho (1994a, 1995a, 1995b, 1997c), propondo o que poderia ser considerado como uma agenda para a sintaxe colaborativa.

Vários pesquisadores identificaram o modo interacional de construir as estruturas. A sintaxe colaborativa não se configurou de imediato nas descrições sintáticas da língua falada. Ela foi tomando forma nas análises estruturalistas e nas análises funcionalistas. Mas foi a Análise da Conversação (veja 5.1) que abriu decididamente caminho aos temas da sintaxe colaborativa (Marcuschi, 1988/1991; Castilho, 1989d; Ono / Thompson, 1994a, 1994b).

O pioneiro Grupo de pesquisas sobre a oralidade, da universidade de Aix-en-Provence, procedeu a uma análise estruturalista da língua falada, defendendo uma separação estrita dos níveis e planos de análise: de um lado, a *morfossintaxe* e, de outro, a *macrossintaxe*.

A morfossintaxe é o “ponto de partida [...], mantendo intactos o léxico e o discurso [...]” (Blanche-Benveniste, ed. 1990: 6; veja também pp. 36 e 116). A sentença é a unidade da morfossintaxe. Sua descrição subordina-se à abordagem pronominal proposta por esse grupo. Trata-se de reduzir a sentença à sua estrutura esquelética, isto é, às possibilidades de combinação do verbo com os pronomes, no quadro da teoria da recção e da valência (Blanche-Benveniste et al., 1984: 45). Essa sintaxe “se ocupa das construções fundamentadas em categorias gramaticais, como o verbo, o substantivo e o adjetivo”. Nela, promove-se uma “exploração máxima da gramática antes do discurso, e da sintaxe antes do léxico”. Sobre a abordagem pronominal da sentença, veja 6.4 (Blanche-Benveniste et al., 1984: 47).

Um dos momentos mais promissores desta abordagem é a postulação do campo da macrossintaxe, em que se rejeita a sentença como a unidade única de análise da oralidade, avançando-se em direção ao domínio da macrossintaxe, assim definida:

[...] trata-se das relações que não poderemos descrever a partir da recção das categorias gramaticais; assim, uma relação de dependência ou de interdependência se exerce entre as partes a e b dos exemplos seguintes, entretanto, a não é regido por b, nem b é regido por a: “(a) quanto mais eu corro, (b) tanto mais eu me torno esportivo; (a) uns se divertem, (b) outros caçoam [...]” (Blanche-Benveniste et al., 1984: 55).

A unidade da macrossintaxe é o *nó*, que pode ser preenchido por unidades sintáticas (verbais, nominais, adjetivais, preposicionais), por elementos como *sim, não, de jeito nenhum, de acordo, pior, tuir-se no nó*, como em “quanto mais eu corro, tanto mais eu me torno esportivo”. O *nó* macrossintático pode ser acompanhado de prefixos e/ou de sufixos, aqui entendidos como constituintes que não dão surgimento ao *nó*, mas que o antecedem ou o seguem. Exemplo disso vem em Blanche-Benveniste et al. (1984: 115): em “*de qualquer jeito você não tem interesse em me pagar, pois isto vai te custar caro, viu?*”, em que as expressões grifadas correspondem, respectivamente, ao prefixo e ao sufixo do *nó*. O argumento aqui, de caráter distribucional, é que não se obtém uma construção sintaticamente aceitável reunindo o prefixo e o sufixo: “**de qualquer jeito pois isto vai te custar caro, viu?*” (Blanche-Benveniste et al., 1984: 113 e 116).

A “separação estrita dos níveis e dos planos de análise” poderá passar uma imagem demasiado estática da língua falada, obscurecendo os processos de gramaticalização, claramente revelados pela metodologia da transcrição biaxial proposta pelo mesmo grupo de Aix-en-Provence, cujas pesquisas têm repercutido em Portugal (Nascimento, 1993b-2005).

Propostas de unidades de análise da língua falada ocorreram também em outros centros de pesquisa. Sempre se reconheceu que essa variedade tem uma sintaxe “solta”, voltada para o discurso, em que ela se completa. Vem daí a rejeição da sentença como a unidade sintática da língua falada, postulando-se em seu lugar a *unidade comunicativa* (Halliday, 1973), as *fatias do enunciado* (Gumperz, 1982), as *unidades de ideia* (Kroll, 1941; Chafe, ed. 1980).

Sornicola (1982: 79), por exemplo, retomou as ideias de Bally (1952) para mostrar que a sintaxe ligada de que fala o mestre genebrino não é documentável na língua falada, em que os constituintes são analisados como “blocos informativos autônomos, sintaticamente independentes, e mantidos num conjunto por um princípio coesivo de natureza semântica” (Sornicola, 1982: 79). Não que as construções do colóquio fossem desconhecidas de Bally. Pelo contrário, ele e outros pesquisadores ligados ao idealismo linguístico foram sensíveis a esses fenômenos. Eles descreviam como casos de “impressionismo linguístico” as justaposições e as sobreposições de blocos informativos, tão diferentes da sintaxe da língua escrita. Sornicola reconhece, em consequência, que será necessário ultrapassar os limites da sentença como unidade de análise, para que possamos reconhecer a multiplicidade de relações entre um dado elemento da língua falada e seu contexto. Em seu texto, ela exemplifica algumas características da sintaxe da oralidade, tais como o anacoluto, o *que* polivalente e as elipses, além de outros fenômenos.

A chamada “sintaxe colaborativa” tem operado em pelo menos três áreas de pesquisa: (i) a elipse e o anacoluto; (ii) os segmentos epilinguísticos; e (iii) a repetição.

1. Elipse e anacoluto

No exemplo a seguir, dois conhecidos conversam sobre o serviço de ônibus da cidade. Como estão num ponto de parada, não há necessidade de lexicalizar esse tópico conversacional, já suprido pela situação e assinalados na transcrição por [Ø]. Transcritas e descontextualizadas, diferentes sentidos poderiam ser atribuídos a essas unidades discursivas* (veja 5.2.2), caso desconhecêssemos seu contexto:

(1)

- a) L1 – *mas como Ø tá demorando hoje... hein?*
L2 – *só:... e quando Ø chega... ainda vem todo sujo... fedorento...*
L1 – *isso sem falar no preço... que sobe todo mês... sem nenhuma vantagem prá gente...*
- b) L2 – *é o tal negócio... sei lá...[Ø] entende?* (DID RJ 18)

Como se vê, a categoria vazia tão popular nas estruturas morfológica, sintagmática e funcional da sentença figura também nas unidades discursivas, definidas em 5.2.4. Nas interações bastante espontâneas, e mais fortemente vinculadas à situação, o núcleo dessa unidade é vazio, como se vê em (1a), e o interlocutor o preenche numa forma colaborativa. Em (1b), o núcleo da unidade discursiva foi elidido, restando apenas os marcadores discursivos. Por outras palavras, a sentença ou as sentenças que desenvolveriam o tópico conversacional foram desativadas.

As transcrições da língua falada mostram uma enorme quantidade de descontinuações sintáticas, elidindo-se preposições em (2a), núcleos do sintagma nominal e categorias funcionais como o sujeito e o objeto em (2b):

- (2)
- a) *bom... a cozinha também Ø estilo moderno (= em estilo moderno). (DID SP 05)*
 - b) *e então entram essas máquinas grandes que limpam a terra tiram essas... Ø e Ø formam ei/leiras... leiras... são... é o seguinte... eles empurram Ø e vão empurrando toda esta... essas plantações que tem. (DID SP 93)*

Blanche-Benveniste (1987) mostrou que com frequência o locutor vai deixando para trás elementos linguísticos, produzindo anacolutos, que ela denominou *bribes*, ou “restos”. Os materiais do Projeto Nurc exemplificam esses segmentos anacolúuticos:

- (3)
- a) *cada um já fica mais ou menos responsável por si pelo menos... por si... fisicamente né? de higiene ... de... trocar roupa... todo esse negócio. (D2 SP 360)*
 - b) *partindo do princípio... digamos... que tanto eu como minha esposa temos curso superior... somos obrigados... digamos... a enfrentar os problemas... para solucionar os problemas profissionais... temos que atualizar... digamos... livros... então eu iria procurar comprar uma biblioteca. (DID SP 05)*

Em (3a) temos os sintagmas preposicionais *de higiene...* e *de... trocar roupa...* não governados pela predador *ficar responsável*; a expressão quantificada *todo esse negócio* resume o que não precisa ser dito, cobrando a colaboração do ouvinte. Em (3b), o sintagma nominal [*livros*] ocorre nas mesmas condições. Em ambos os exemplos, o interlocutor processa tais fragmentos a partir de uma instrução pragmática do tipo “o locutor abandonou o restante a dizer e eu devo completar seu enunciado a partir de dados contextuais”.

2. Segmentos epilinguísticos

Uma das características da língua falada que denunciam a simultaneidade do planejamento e da execução é a grande quantidade de segmentos epilinguísticos (veja epilinguismo*) que aí encontramos.

São epilinguísticos os segmentos em que o falante conversa sobre a língua, não sobre o assunto, verbalizando uma sorte de diálogo interior, em que ele discute a melhor forma de expor uma ideia, ou volta atrás, negando uma expressão já verbalizada, e assim por diante. Explicam-se dessa forma as negações *de dicto*, as paráfrases lexicais e determinados marcadores discursivos. Sobre as negações *de dicto*, veja 13.2.2.2.3.

As paráfrases lexicais ou definições por meio de estruturas equativas (veja 8.3.2.4) são outros tantos segmentos epilinguísticos através dos quais o falante abandona momentaneamente o universo do discurso e se concentra no universo da língua, fornecendo precisões ao seu interlocutor:

- (4) *o terreiro (...) é:: um:: como poderia chamar? um chão. (DID SP 18)*

Além da definição de *terreiro*, aparece nesse exemplo outro segmento epilinguístico, que é a interrogação “*como poderia chamar?*”. Expressões desse tipo, e ainda marcadores discursivos tais como *digamos assim*, *vamos dizer*, *por outras palavras*, *ou melhor*, *aliás*, de documentação abundante na língua falada, denunciam igualmente a confluência entre planejamento e execução:

(5) *já há um processo... seria melhor dito já um processo de análise, já há um exame.* (EF POA 278)

3. Repetição de constituintes

A repetição* é outra característica da língua falada derivada do sistema discursivo de correções: Perini (1980), Marcuschi, (1983/2009, 1992, 1996, 2006b), Ramos (1984), Travaglia (1989a, 1989b), Dutra (1990), Koch (1990, 1992a), Braga (1990), Castro (1994), Neves / Braga (1996), Camacho (1996b), Castilho (1997c, 1998a/2004), Mariângela R. de Oliveira (1997, 1998), Camacho / Pezatti (1998). Os interlocutores reativam itens lexicais, repetindo-os, verbalizando com isso conteúdos referenciais, conativos e emotivos. Enquanto repetem, vão construindo a estrutura funcional da sentença. O estudo da repetição permite ao observador desvendar importantes mecanismos de constituição e funcionamento da linguagem.

Existe uma considerável literatura sobre a repetição na língua falada, em que foram considerados os sistemas léxico, discursivo, semântico e gramatical. Sua visibilidade é maior como um dos processos de organização do texto e das significações (veja 5.2.3). Já a abordagem gramatical da repetição aparece num universo mais reduzido de estudos; sobre o papel da repetição na constituição da sentença, veja 2.4.4.

4.4.1.5. A contribuição brasileira

Linguistas brasileiros reunidos entre 1988 e 2000 no Projeto de Gramática do Português Brasileiro Falado imprimiram uma direção bem distinta às suas análises, priorizando os processos em lugar dos produtos, o que os levou a formular um ambicioso plano de indagações cujas respostas abrangem as seguintes áreas:

- (i) A construção do texto: Jubran / Koch (orgs. 2006).
- (ii) A construção das palavras e das construções: Ilari / Neves (orgs. 2008).
- (iii) A construção da sentença: Kato / Nascimento (orgs. 2009).
- (iv) A construção da palavra: Rodrigues / Alves (orgs. no prelo).
- (v) A construção do som: Abaurre (org. no prelo).

Em todos esses domínios, os processos constitutivos, fundamentalmente interacionais, vieram antes, e a análise dos produtos, depois, invertendo o modo de fazer ciência até então vigente no campo da língua falada. Para uma caracterização das atividades desse projeto, será conveniente ler as apresentações aos oito volumes de ensaios que precederam a consolidação referida anteriormente: Castilho (org. 1990, org. 1993), Ilari (org. 1992), Castilho / Basílio (orgs. 1996), Kato (org. 1996), Koch (org., 1996), Neves (org. 1999), Abaurre / Rodrigues (orgs. 2002).

4.4.2. PORTUGUÊS ESCRITO

A compreensão da especificidade da língua falada e da língua escrita cindiu os pesquisadores em três direções:

- (1) Apenas a língua falada tem estatuto próprio, sendo a língua escrita uma transposição da primeira. Essa posição foi sustentada pelos estruturalistas, como Câmara Jr. (1972).
- (2) Língua falada e língua escrita são manifestações autônomas da linguagem. Situam-se aqui os adeptos da "dicotomia radical", como Olson / Torrance (1991/1995). Segundo esses autores, o surgimento da escrita teria constituído uma modalidade autônoma em relação à língua falada. Assim, na língua falada o sentido está no contexto, ao passo que na língua escrita o sentido está no texto. Ao sequenciar as letras que constituem as palavras,

e ao sequenciar as palavras que constituem o texto, vamos criando sentidos inteiramente dependentes desse *medium*. O mesmo não se dá na língua falada, em que o sentido é construído dialogicamente, e não pode ser inteiramente encontrado, por exemplo, nas transcrições dessa modalidade.

- (3) Língua falada e língua escrita se dispõem num *continuum* de usos, integrados por diversos pontos focais, rechaçando-se a posição anterior: Tannen (1982), Chafe (1987a, 1994), Berruto (1985a), Biber (1988), Marcuschi (1997).

Tendo essas considerações como pano de fundo, vejamos rapidamente o que se sabe sobre a língua escrita.

4.4.2.1. Caracterização da língua escrita: processos e produtos

Há pelo menos dois processos constitutivos da língua escrita: (1) ela é um diálogo que ocorre na ausência do interlocutor, (2) o planejamento e a execução ocorrem em momentos distintos.

Quanto ao processo (1), é claro que escrevemos para que alguém nos leia – ou, pelo menos, essa é a presunção. Mas a ausência física do leitor nos obriga a desenvolver várias estratégias. As expressões têm que ser mais explícitas, não há uma ancoragem na situação de fala, e com isso a língua escrita se torna dependente do próprio texto, o que se reflete em sua unidade, o parágrafo.

Para compensar a ausência do leitor, usamos o artifício de fazê-lo pular para dentro do texto em elaboração. Com ele conversamos, explícita ou implicitamente. No departamento das implicitudes, a pesquisa tem demonstrado que o falante-escriptor se entrega a toda sorte de suposições sobre o interlocutor-leitor, tentando corresponder às expectativas projetadas sobre este. De algum modo, o leitor vai se tornando o sujeito da escrita, tornando-a constitutivamente biautoral. Nesse ponto, a língua falada e a língua escrita se encontram.

Quando ao processo (2), quem escreve tem tempo para preparar um sumário de seu texto, produzir uma primeira redação, voltar atrás para corrigir, e assim por diante. O planejamento e a execução não coincidem no tempo. Em consequência, o texto escrito é mais elaborado, porém dissimula o processamento linguístico, mais patente no texto falado. Dadas essas peculiaridades, o estudo gramatical das línguas com base exclusivamente em textos escritos produz um tipo de conhecimento linguístico forçosamente limitado.

Que produtos resultam dos processos da escrita sumariamente examinados anteriormente? Pelo menos os seguintes: (1) o parágrafo, (2) uma sintaxe especializada, (3) diversidades de escrita e gêneros discursivos. Vamos lá. Mas, antes, exerça seu poder analítico. Pegue um texto qualquer e se pergunte: o que faz deste texto um texto? O que acontece quando escrevemos, em comparação com o que acontece quando falamos? Que categorias de texto escrito eu poderia propor? Que diferenças entre elas há, do ponto de vista de sua produção? Mais uma vez, bom trabalho!

1. O parágrafo

Os dois processos mencionados anteriormente se encontram na elaboração do parágrafo, que é a unidade da língua escrita. No parágrafo não se pode omitir o tópico, e as ligações com o que precede e o que se segue devem ser cuidadosamente anotadas, com utilização de marcadores orientados para o leitor, tais como *primeiramente*, *em segundo lugar*, *em consequência*, *voltando ao ponto*, *isso nos leva à questão seguinte* etc.

A necessidade de indicar as seções do texto levou os escribas a separar seus parágrafos por meio do símbolo §. Olhe bem esse símbolo: são dois *ss* remontados, para abreviar a expressão latina *signum sectionis*: “símbolo do corte [do texto]”. Mais um conhecimento para você fazer sucesso no salão do barbeiro!

2. Uma sintaxe especializada

A tradição gramatical do Ocidente repousa sobre a língua escrita. Muito do que sabemos sobre a gramática das línguas naturais é, na verdade, uma descrição da língua escrita.

Os seguintes tópicos têm sido considerados na sintaxe da língua escrita, segundo Givón (1979b):

1. Preferência por estruturas sintáticas mais elaboradas, tais como as nominalizações e a subordinação (veja 11.2.1.3 e 9.2). O corolário disso é que a língua escrita foge aos anacolutos.
2. As construções de sujeito-predicado predominam sobre as de tópico-comentário, mesmo considerando-se o fato de que ambas podem ocorrer ao mesmo tempo na língua portuguesa (veja o capítulo "Estrutura funcional da sentença").
3. As sentenças declarativas predominam sobre as interrogativas e imperativas (veja 6.3).
4. Uso mais abundante da voz passiva (10.2.2.2.3).
5. Maior frequência de indicações fóricas, via utilização de expressões como *voltando ao que se disse anteriormente, esse ponto nos leva à questão seguinte* etc.

3. Diversidades de escrita e gêneros discursivos

A língua escrita está igualmente sujeita ao fenômeno da diversidade. Duas grandes variedades devem ser consideradas: a língua escrita corrente e a língua escrita literária. Diversos gêneros discursivos se relacionam com essas duas variedades.

3.1. Língua escrita corrente

A língua escrita corrente tem fins utilitários, de que decorrem seus gêneros:

- Manutenção de contatos familiares e de negócios: cartas familiares, correspondência oficial, correspondência comercial etc.
- Difusão de notícias e informações: linguagem jornalística.
- Garantia de direitos privados: escritura, testamento, carta de doação etc.
- Ordenamento do direito público: constituição, foral, leis, decretos etc.
- Documentos da administração pública (requerimentos, ofícios etc.) e da administração privada (relatórios, mapas etc.) Para um detalhamento maior, veja Barbosa (2007b).

A língua escrita corrente é mais conservadora, justamente porque sobre ela assentam os direitos do cidadão e os interesses do Estado.

3.2. Língua escrita literária

A língua escrita literária tem uma finalidade artística, sendo sustentada por projetos estéticos. Ela tende a ser mais inovadora, pois os escritores buscam continuamente interpretar seu tempo, expressando-se de modo individualizado. A língua literária não é o lugar da mesmice, e por isso mesmo é equivocado buscar nela a legitimação das estruturas gramaticais (Castilho, 2005). Melhor formulação para isso aparece em Ilari (2009b: 38), quando ele reconhece que "os poetas conhecem como ninguém as potencialidades de sua língua". O trabalho dos poetas é levar essas potencialidades aos limites extremos. Definitivamente, os produtores de literatura não escrevem para os gramáticos.

Não admira que as primeiras afirmações de independência linguística tenham partido dos autores da língua escrita literária, como se viu pela atenção que escritores românticos, como José de Alencar, e modernistas, como Mário de Andrade, deram às peculiaridades do português brasileiro. No perreio, ocorreu um movimento de reação, o dos parnasianos e simbolistas, que tentaram sem êxito repor o estilo literário lusitanizante.

Pinto (1986) identificou os seguintes eixos na língua literária brasileira:

- Da restrição à infiltração da oralidade.
- Da discriminação à aceitação dos regionalismos.

- Do estilo formal para o estilo coloquial, urbano, cotidiano.
- Da gramática do português europeu para a gramática do português brasileiro.

4.4.2.2. O *continuum* língua falada-língua escrita

A caracterização que acabo de fazer, bastante comum na literatura, tem a deficiência de situar a língua escrita e a língua falada em polos distintos. Ora, o exame da documentação oral ou escrita do PB não fundamenta essa polarização. As duas variedades se dispõem num *continuum*, indo da oralidade para a escrituralidade, percorrendo diferentes graus de formalidade.

A linha a seguir tenta captar esse *continuum*:

LÍNGUA FALADA LÍNGUA ESCRITA

←----->
 Conversa – Diálogo de peça teatral – Conferência, discurso – Notícia de jornal – Ensaio

Corrêa (2004: 78) comprovou o encontro entre o escrito e o falado nas produções escritas de vestibulandos, a partir de sua hipótese sobre a heterogeneidade natural da língua escrita:

Dito dessa forma, porém, pode-se ter uma falsa ideia sobre esses encontros. As mediações sócio-históricas que os regulam são as mesmas pelas quais simultaneamente se constituem o sujeito (e sua relação específica com a linguagem) e seu discurso. Observar o encontro entre o falado e o escrito, portanto, não é tomar essas práticas como dados autonomamente observáveis, mas apreendê-las pelas marcas que o sujeito assim constituído imprime em seu texto. Entre essas marcas, ele enumera: (1) a representação imaginária do vestibulando com respeito à sua escrita; (2) sua relação com o já falado/ouvido e já escrito/lido (seu modo de leitura); (3) movimento na direção de certos dados de ineditismo emergentes de sua individuação histórica (a partir de sua relação com o que imagina ser a gênese da escrita – supostamente a capacidade da escrita de representação integral do falado); (4) movimento na direção da reproduzibilidade de uma prática (sua relação com o que imagina ser o código escrito institucionalizado).

A partir desses eixos, algumas propriedades definidoras desse tipo de produção da escrita puderam ser propostas: (1) a propriedade da fragmentação, nos momentos de representação da gênese da escrita, e (2) a propriedade da integração/distanciamento, nos momentos de representação do código escrito institucionalizado. Escolhas lexicais mais formais, inclusão de traços prosódicos sem a pontuação adequada entre outros traços mostram que os vestibulandos têm uma percepção da escrita calcada em avaliações estereotipadas, que tomam como parâmetro um modelo abstrato de boa escrita.

Não considerarei aqui as questões da aquisição da escrita por crianças e da alfabetização de adultos, remetendo o leitor às sugestões de leitura a seguir.

LEITURAS SOBRE O PORTUGUÊS BRASILEIRO FALADO

Sobre as fases de descrição da língua falada:

- Fase 1, prévia à utilização do gravador magnetofônico: Bally (1942, 1951, 1952), Beinbauer (1964).
- Fase 2, posterior à utilização do gravador magnetofônico: veja Quadro 4.5, neste capítulo.

Para a documentação do PB falado culto:

- São Paulo: Castilho / Preti (orgs. 1986, orgs. 1987), Preti / Urbano (orgs. 1989).
- Rio de Janeiro: Callou (org. 1992), Callou / Lopes (orgs. 1993), Paiva (org. 1999).
- Salvador: Mota / Rollemberg (orgs. 1994).
- Recife: Sá et al. (orgs. 1996, orgs. 2005).

- Fortaleza: Aragão / Soares (orgs. 1996).
- Porto Alegre: Hilgert (org. 1997).
- Rio de Janeiro: Paiva (org. 1999).
- Paraíba: Hora / Pedrosa (orgs. 2001).

Sobre a descrição do PB falado culto: Castilho (1970, org. 1989, org. 1990, org. 1993), Preti / Urbano (orgs. 1990), Ilari (org. 1992), Castilho / Basílio (orgs. 1996), Preti (org. 1993, org. 1998, org. 2000, org. 2003, org. 2005, org. 2006), Preti et al. (orgs. 1997), Kato (org. 1996), Koch (org. 1996), Marques (1996), Neves (org. 1999), Abaurre / Rodrigues (orgs. 2002), Zapparoli / Camlong (2002), Jubran / Koch (orgs. 2006), Ilari / Neves (orgs. 2008), Kato / Nascimento (orgs. 2009).

LEITURAS SOBRE O PORTUGUÊS BRASILEIRO ESCRITO

Sobre as relações em língua falada e língua escrita, Nencioni (1983: 133) escreveu um erudito ensaio em que as duas modalidades são situadas no contexto da cultura ocidental. Veja ainda Stammerjohann (1977), Parisi / Castelfranchi (1977), Sornicola (1981: 5-44, 1982, 1994), Berruto (1985a), Benincà (1993), D'Achille (1990: 9-33), Voghera (1992), Oesterreicher (1996), Marcuschi (1997, 2001).

Para uma caracterização da língua escrita, veja a seção 3 de 15.2.5 e, ainda, Martins (1957), Garcia (1967/1982), Havelock (1982/1994), Gnerre (1985), Pinto (1986), Desbordes (1990/1995), Silva (1991), Olson / Torrance (1991/1995), Kato (org. 1992), Faraco (1992), Abaurre (1993, 2001), Ângela Rodrigues (1993), Val (1996), Sampson (1996), Marcuschi (1997), Verceze (1998), Kleiman (org. 1999), Preti (org. 2000, org. 2003, org. 2005), Urbano (2003), Barbosa (2002), Corrêa (2004).

Sobre a linguagem jornalística, veja Faria (1989, 2004), Faria / Zanchetta (2002), Antunes (1996).

4.5. VARIAÇÃO TEMÁTICA: PORTUGUÊS CORRENTE E PORTUGUÊS TÉCNICO

Outra característica da fala que leva à variação linguística é o modo como tratamos o assunto que está sendo desenvolvido. Podemos falar de assuntos do dia a dia, e teremos o *português corrente*. Podemos falar de assuntos especializados, e aí teremos o *português técnico*. Essas variedades distinguem a linguagem do cidadão comum da linguagem dos cientistas, dos clérigos, dos políticos etc.

Para dar só um exemplo: o paciente procura o médico e diz que está com *dor de cabeça*. O médico prescreve um remédio para *cefalalgia*. A dor é a mesma, mas *cefalalgia* é como ela é representada na linguagem técnica, ao passo que *dor de cabeça* é uma expressão usada correntemente. Muitas piadas são construídas sobre o jogo “linguagem corrente/linguagem técnica”, e você deve conhecer várias.

Veja outro exemplo no quadro a seguir.

Quadro 4.5 – Comparando a linguagem corrente com a linguagem técnica

CONTEXTO	
A pele é formada pelo epitélio e pelo tecido conjuntivo. As células de cada uma dessas partes dispõem de características próprias. As células epiteliais, por exemplo, são mais unidas, para evitar a perda de água e a invasão de bactérias.	
LINGUAGEM CORRENTE	LINGUAGEM TÉCNICA
<i>Em alguns casos de câncer de boca, as células da pele perdem funções próprias, ganhando funções típicas das células conjuntivas. Quando isso acontece, elas produzem proteínas específicas das células conjuntivas. Uma série de eventos acontecem então, tais como a perda de sua coesão e a invasão das células conjuntivas, (em busca dos vasos sanguíneos), promovendo o espalhamento do câncer pela boca.</i>	<i>A transição epitélio-mesenquimal é um processo-chave na invasão e metástase em carcinomas, sendo responsável pela ativação de genes mesenquimais como a Vimentina e pela inibição de genes epiteliais como as Citoqueratinas. Uma série de eventos segue a transição epitélio-mesenquimal, como a perda da adesão celular, a síntese de componentes exclusivos da matriz extracelular como a glicosaminoglicana Fibronectina e a síntese de proteases como a Estromelina-1.</i>
	Fonte: Rogério Moraes de Castilho, <i>Transição epitélio-mesenquimal em carcinomas epidermoides bucais</i> , São Paulo, Universidade de São Paulo, tese de doutoramento, 2003.

Como ocorre com as outras variedades do PB, também a linguagem técnica e a linguagem corrente se encontram em mais de um ponto, o que ocasiona a migração de termos técnicos para o uso corrente. Essa migração é mais visível quando a linguagem técnica ocorre numa atividade de importância social para uma comunidade de fala.

A marinharia foi muito importante em Portugal. Isso explica a generalização de expressões técnicas tais como:

- *Não meter prego sem estopa.* Na construção das naus, era preciso envolver os pregos com estopa, para evitar a entrada de água. Usa-se a expressão para ressaltar a necessidade de prudência.
- *Os negócios vão de vento em popa.* Uma nau singra mais rápido se recebe vento pela popa. Na expressão anterior, a nau foi substituída por *negócios*. Vento pela proa é o maior prejuízo.

No Brasil, não é preciso destacar a importância do futebol e do carnaval, cuja linguagem técnica forneceu as seguintes expressões correntes:

- *Vocês são um time unido, parabéns!* Pode-se dizer de qualquer grupo, mesmo não integrando um clube de futebol.
- *Coitado, ficou para escanteio a vida toda.* Chutar para escanteio é não conseguir que a bola entre no gol; diz-se de alguém que não atingiu seus objetivos, vistos metaforicamente como um gol. Essa palavra foi emprestada ao inglês *goal* (“alvo”).
- *Sabe aquele cara de mau hálito? Foi chegando e, para escapar, dei o maior chapéu. Sai fora!* A expressão *dar um chapéu* significa jogar a bola por cima do jogador adversário, escapando de sua tentativa de tomá-la.¹
- *Você ganhou no quesito paciência.* O termo *quesito* aparece na lista de exigências feitas a uma escola de samba durante um desfile de carnaval. Os juízes pontuam a escola a partir desses quesitos, para obter uma apreciação comparável depois do desfile e conferir o prêmio. Daqui ele se generalizou para outras situações que não o julgamento de uma escola carnavalesca.

¹ Agradeço a meu neto Renan Castilho Alves de Lima pelos exemplos da linguagem futebolística.